

Ano XX nº 5581 – 01 junho de 2017

PEC que permite eleições diretas é aprovada por unanimidade na CCJ do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 67, que prevê a realização de eleições diretas para presidente da República quando o cargo ficar vago decorrido até três anos do mandato. A PEC votada na manhã de ontem (31/05), foi apresentada pelo senador José Reguffe.

A aprovação na CCJ contou com os votos de senadores da base governista. Ao todo, a comissão é composta por 27 titulares e 27 suplentes.



Negociações entre Fenaban e Comando Nacional dos Bancários avançam

Conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2016/2018, o Comando Nacional dos Bancários se reuniu com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na última terça-feira (30/05), em São Paulo, para aprimorar o debate sobre a cláusula 62, que trata da criação de centros de realocação e requalificação de bancários atingidos por processos de reestruturação organizacional nos bancos, ou mudanças nas atividades que resultem em obsolescência de conhecimento.

Outro ponto levado pela Contraf-CUT para a mesa de negociação foi o adiantamento emergencial de salários nos períodos transitórios de afastamento por doença, garantido pela cláusula 65 da CCT. Pelo acordo, por um período de 120 dias, os bancos têm que manter o pagamento aos funcionários afastados para tratamento de saúde.

O direito é garantido ao bancário que, apesar de ter sido considerado apto pelo perito do INSS, seja considerado inapto pelo médico do trabalho do banco, comprove ter apresentado o Pedido de Reconsideração junto ao INSS, e comprove o agendamento da 1ª perícia médica a ser realizada pelo INSS.

A Fenaban, por sua vez, trouxe à mesa o debate sobre a cláusula 37, que trata do monitoramento de resultados. A cláusula veda a publicação de ranking individual e a cobrança de resultado pelos gestores por meio de mensagens eletrônicas e no telefone particular dos trabalhadores. A preocupação do Comando com a mudança nesta cláusula é a de, havendo alteração, passar a haver ranking e os trabalhadores serem expostos. "Mesmo com a proibição, o ranking acontece, assim como a utilização de meios ilícitos para a cobrança de resultados. Se abrirmos qualquer brecha isso vai ficar ainda pior", afirmou Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT.

Uma nova reunião entre o Comando Nacional e a Fenaban será marcada para que os debates sobre estas cláusulas sejam concluídos.

“Comissão do Cumpra-se” vai fiscalizar bancos e estabelecimentos comerciais

A Câmara Municipal de Petrópolis vai voltar a fiscalizar o cumprimento das leis municipais, como as determinações do Código de Posturas, incluindo o cuidado com as calçadas e instalação de mesas e quiosques no passeio público.

Os bancos, supermercados e todos os estabelecimentos que lidam com o consumidor serão fiscalizados para verificar se a lei que fixa o tempo máximo de espera em filas e a contratação de empacotadores está sendo cumprida. Este trabalho será realizado pela Comissão Especial, conhecida como “Comissão do Cumpra-se”, que tem como finalidade pesquisar, divulgar e fiscalizar o cumprimento da legislação municipal.



Fiscalização